



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639257 - SP (2021/0005856-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MATEUS SOARES
ADVOGADO : MATEUS SOARES - SP283788
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFFERSON ALVES LIMA SANTOS (PRESO)
CORRÉU : CLEBER TADEU FRANCISCO DA SILVA
CORRÉU : EVERALDO MOISES MACENA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON ALVES LIMA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0009123-76.2012.8.26.0624).

O paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 5 anos de reclusão e de 500 dias-multa.

O impetrante defende que a conduta deve ser desclassificada para aquela descrita no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, aduzindo que não houve violência ou grave ameaça à pessoa e que a quantidade de droga apreendida foi inexpressiva.

Sustenta a ocorrência de ilegalidade, também, no que se refere à fixação do regime prisional, invocando em favor de sua tese o teor das Súmulas n. 718 e 719 do STF.

Requer, liminarmente e no mérito, a desclassificação da conduta, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente. Subsidiariamente, pede a fixação de regime menos gravoso para cumprimento de pena e a redução dos dias-multa ao mínimo legal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente